

ROBSON CARLOS DE OLIVEIRA
Mestre e doutorando em Direito Processual Civil pela PUC/SP
Juiz Federal em Apucarana/PR

EMBARGOS À ARREMATAÇÃO E A ADJUDICAÇÃO

Editora Revista dos Tribunais

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Oliveira, Robson Carlos de

Embargos à arrematação e à adjudicação / Robson Carlos de Oliveira; Arruda Alvim, orientação ; prefácio Teresa Arruda Alvim Wambier. -São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2006. - (Coleção estudos de direito de processo Enrico Tullio Liebman ; v. 59)

Bibliografia.

ISBN 85-203-2932-2

1. Embargos à adjudicação - Brasil 2. Embargos à arrematação - Brasil 3. Processo civil - Brasil I. Alvim, Arruda. II. Wambier, Teresa Arruda Alvim. III. Título. IV. Série.

06-4570

CDU-347.952.5(81)

SUMÁRIO

PREFÁCIO - TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER	9
ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	19
1. EMBARGOS À ARREMATAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	23
1.1 Etimologia	23
1.2 Natureza jurídica	26
1.3 Conceito	39
1.4 Arrematação e adjudicação. Atos de expropriação. Noções necessárias	39
2. DIREITO- PRETÉRITO	42
2.1 Considerações preliminares	42
2.2 Direito romano	42
2.3 Direito intermédio (processo romano-barbárico)	54
2.4 Processo comum	58
2.5 Processo francês	64
2.6 Direito lusitano	66
2.6.1 Das Ordenações do reino de Portugal	67
2.7 Origem dos embargos do devedor	72
2.8 Direito processual civil brasileiro	74
2.8.1 Regulamento 737, de 25.11.1850	74
2.8.2. Consolidação das leis do processo civil (Consolidação Antonio Ribas)	76
2.8.3 Códigos estaduais	77
2.8.4 Código de Processo Civil de 1939	78
3. OS EMBARGOS À ARREMATAÇÃO E À ADJUDICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL VIGENTE	80
3.1 Pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito: análise diante do estudo das questões prévias preliminares e prejudiciais	80
3.1.1 Pressupostos processuais	88
3.1.1.1 Pressupostos processuais positivos de existência	90
3.1.1.2 Pressupostos processuais positivos de validade	92

Localização: 347.952.2(81)
O48e

Código de barras: STJ00064648

3.1.1.3	Pressupostos processuais negativos	94
3.1.2	Condições da ação	98
3.1.2.1	Possibilidade jurídica do pedido	108
3.1.2.2	Interesse de agir	113
3.1.2.3	Legitimidade das partes	118
3.1.2.3.1	O vocábulo <i>devedor</i> no Código de Processo Civil	125
3.1.2.3.2	O responsável garante	130
3.1.2.3.3	O devedor que não teve bens penhorados expropriados	142
3.1.2.3.4	O cônjuge do devedor	144
3.1.2.3.5	A polêmica a respeito do litisconsórcio necessário e unitário no pólo ativo	149
3.1.2.3.6	Legitimidade passiva: litisconsórcio necessário e unitário entre credor e arrematante	161
3.1.2.3.7	Ilegitimidade do credor e condôminos	167
3.2.	Causa de pedir	170
3.2.1	Cognição	177
3.2.2	Não-taxatividade das hipóteses previstas no art. 746, <i>caput</i> , do CPC	183
3.2.3	Hipóteses do art.746, <i>caput</i> , do CPC	193
3.2.3.1	Nulidades	193
3.2.3.1.1	Princípios jurídicos: sua importância no sistema jurídico	193
3.2.3.1.2	Nulidades do processo: regras e princípios de informadores	209
3.2.3.1.3	Nulidades da execução posteriores à penhora: hipóteses admissíveis e a ponderação entre regras e princípios como guia na solução dos casos concretos	229
3.2.3.1.4	Nulidades da execução e os embargos à arrematação e à adjudicação: análise (indispensável) da jurisprudência	242
3.2.3.2	Pagamento	272
3.2.3.3	Novação	278
3.2.3.4	Transação	282
3.2.3.5	Prescrição	285
3.3	Rito dos embargos à arrematação à adjudicação	290
3.3.1	Prazo para ajuizamento	290

**Localização: 347.952.2(81)
O48e**

Código de barras: STJ00064648

3.3.2 Petição inicial	293
3.3.2.1 Juiz a que é dirigida e qualificação das partes	294
3.3.2.2 Pedido e causa de pedir	297
3.3.2.3 Valor à causa	300
3.3.2.4 Indicação das provas, documentos indispensáveis à propositura da ação, requerimento para citação do embargado e o art. 39, I, do CPC	302
3.3.3 Pronunciamento judicial inicial	303
3.3.3.1 Recebimento dos embargos: efeito suspensivo obrigatório	303
3.3.3.2 Rejeição liminar dos embargos	305
3.3.4 Possíveis posturas do embargado	306
3.3.4.1 Apresentação de resposta	306
3.3.4.2 Não-apresentação de resposta: problemática da revelia	308
3.3.5 Intervenção de terceiros	311
3.3.6 Providências preliminares, julgamento antecipado da lide e instrução probatória	315
3.3.7 Sentença	318
3.3.7.1 Despesas processuais e honorários advocatícios	327
3.3.8 Apelação: efeitos do recebimento	329
3.3.9 Coisa julgada	339
CONCLUSÃO	345
BIBLIOGRAFIA	353
Obras publicadas nesta Coleção	365